

7. IMOBILIZADO

	CONTROLADORA				
	2017				2016
	Taxas Anuais de Depreciação %	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Residual	Valor Residual
Construção civil	4	23.662	(8.687)	14.975	15.667
Terrenos e propriedades	-	17.432	-	17.432	16.911
Máq. equip. e instalações	10 a 20	32.140	(29.048)	3.092	3.058
Meios de transporte	20	32.165	(26.852)	5.313	5.489
Móveis e utensílios	10	737	(511)	226	224
Equipamentos de informática	20	1.348	(1.021)	327	315
Imobilizações em andamento	-	3.746	-	3.746	1.472
Coqueiral em produção	1,67	79.446	(8.264)	71.182	14.586
Coqueiral em formação	-	1.492	-	1.492	52.116
Outras imobilizações	10 a 20	2.690	(2.433)	257	95
		194.858	(76.816)	118.042	109.933

As aquisições de imobilizado, constante na Demonstração dos Fluxos de Caixa, no montante de R\$ 20.072 mil (2016 - R\$ 14.253 mil), referem-se, principalmente, a: coqueiral em formação de R\$ 12.905 mil (2016 - R\$ 11.390 mil); meios de transporte de R\$ 2.535 mil (2016 - R\$ 894 mil); imobilizações em andamento de R\$ 2.274 mil (2016 R\$ 328 mil); máquinas e equipamentos de R\$ 1.227 mil (2016 - R\$ 80 mil) e terrenos e propriedades R\$ 520 mil (2016 - R\$ 1.294 mil). Parte significativa do coqueiral em formação foi transferida para a conta de coqueiral em produção.

	CONSOLIDADO				
	2017				2016
	Taxas Anuais de Depreciação %	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Residual	Valor Residual
Construção civil	4	49.184	(19.663)	29.521	25.946
Terrenos e propriedades	-	17.709	-	17.709	17.189
Máq. equip. e instalações	10 a 20	94.110	(71.927)	22.183	22.440
Meios de transporte	10 a 20	35.084	(29.089)	5.995	6.201
Móveis e utensílios	10	1.398	(1.095)	303	318
Equipamentos de informática	20	1.976	(1.515)	461	369
Imobilizações em andamento	-	5.412	-	5.412	6.444
Coqueiral em produção	1,67	79.446	(8.264)	71.182	14.586
Coqueiral em formação	-	1.492	-	1.492	52.116
Outras imobilizações	10 a 20	2.720	(2.439)	281	119
		288.531	(133.992)	154.539	145.728

As aquisições de imobilizado, constante na Demonstração dos Fluxos de Caixa, no montante de R\$ 26.654 mil (2016 - R\$ 20.001 mil), referem-se, principalmente, a: coqueiral em formação de R\$ 12.905 mil (2016 - R\$ 11.390 mil); máquinas e equipamentos de R\$ 4.903 mil (2016 - R\$ 2.644 mil); meios de transporte de R\$ 2.880 mil (2016 - R\$ 1.021 mil); Terrenos e propriedades de R\$ 520 mil (2016 - R\$ 1.294 mil) e em imobilização em andamento de R\$ 4.726 mil (2016 - R\$ 3.359 mil).

8. FORNECEDORES

	CONTROLADORA				CONSOLIDADO			
	CIRCULANTE		NÃO CIRCULANTE		CIRCULANTE		NÃO CIRCULANTE	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Fornecedores	6.057	2.508	-	-	13.610	8.543	3.798	5.198
	6.057	2.508	-	-	13.610	8.543	3.798	5.198

Os saldos de fornecedores, no passivo circulante, referem-se, às compras de máquinas e equipamentos junto a Tetra Pak, cujo contrato define que os pagamentos ocorrerão em 72 (setenta e duas) parcelas mensais, com vencimentos até fevereiro de 2022, e sobre os mesmos incidem a atualização monetária, tendo por base o IGPM e/ou IPCA.

9. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	CONTROLADORA				CONSOLIDADO			
	CIRCULANTE		NÃO CIRCULANTE		CIRCULANTE		NÃO CIRCULANTE	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Operações FINAME	479	917	-	479	479	917	-	479
Operação CPRF	9.714	9.714	-	9.714	9.714	9.714	-	9.714
Operação PESA - BB	8.450	-	-	8.506	8.450	-	-	8.506
	18.643	10.631	-	18.699	18.643	10.631	-	18.699

Nas operações Finame, com vencimentos até outubro de 2018, incidem encargos financeiros equivalentes aos praticados no mercado, sendo garantidas pelos próprios bens. O saldo da operação CPRF - Cédula de Produto Rural Financeira, contratada em 29/12/2014, será liquidado em duas parcelas semestrais, vencendo a primeira em 29/06/2018, e sobre o mesmo incidirá o CDI, acrescido de juros a taxa de 1,8% a.a.. O saldo da operação PESA, com vencimento para julho de 2018, é atualizado tendo por base as condições contratadas, sendo os juros pagos mensalmente, tendo como garantia o Certificado do Tesouro Nacional registrado no ativo circulante, com resgate para a mesma data.

10. CAPITAL SOCIAL

O capital autorizado é de R\$ 200.000 mil, o capital subscrito e integralizado é de R\$ 169.005 mil, composto por 17.634.191 ações, sem valor nominal, sendo: 17.234.801 ordinárias; 370.122 preferenciais classe "A" e 29.268 preferenciais classe "B". As ações preferenciais classe "A" destinam-se a integralização com recursos do Fundo de Investimentos da Amazônia - FINAM, e as que vierem a ser bonificadas a essas mesmas ações.

As ações preferenciais classe "B" destinam-se a subscrição e integralização por pessoas jurídicas controladoras, controladas e/ou coligadas, exclusivamente com recursos próprios, e as que vierem a ser bonificadas a essas mesmas ações.

As ações preferenciais terão as seguintes vantagens:

- Prioridade no reembolso do capital no caso de liquidação da sociedade.
- Prioridade no recebimento de um dividendo igual ao que for atribuído às ações ordinárias, pela participação dessas ações no capital social integralizado.
- Participação em igualdade de condições com as ações ordinárias, na distribuição de ações bonificadas da correção monetária do capital realizado e da capitalização de reservas e lucros, qualquer que seja a origem e natureza dos mesmos.
- Participação integral nos resultados da sociedade.

11. CONTINGÊNCIAS

A Companhia e suas controladas possuem demandas cíveis, trabalhistas e tributárias nos âmbitos judicial e administrativo, algumas amparadas por depósitos judiciais. Entretanto, em 31 de dezembro de 2017 não existia qualquer ação de valor relevante que seus assessores jurídicos tenham indicado como de possível julgamento desfavorável.

12. COBERTURA DE SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia mantém cobertura de seguros para os principais bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Administradoras da **SOCOCO S.A. Agroindústrias da Amazônia**. Ananindeua - PA

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da **SOCOCO S.A. Agroindústrias da Amazônia, em 31 de janeiro de 2018** ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da **SOCOCO S.A. Agroindústrias da Amazônia, em 31 de dezembro de 2017**, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada de "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Parte significativa das transações comerciais e financeiras é realizada com a controladora e controladas. Dessa forma, as demonstrações contábeis, referidas no primeiro parágrafo, são indicadoras da posição patrimonial e financeira, bem como do resultado das operações da Companhia operando sob este contexto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas informações que compreendem o Relatório de Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório de Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre este relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e con-

solidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório de Administração, quando ele nos for disponibilizado, e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório de Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ananindeua - PA, 31 de janeiro de 2018.

PHF - AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC - PE - 000680/O-0 - "S" - PA

Paulo de Tarso M. Malta Junior
Contador - CRC - PE - 0018346/O-6 - "S" - PA

COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

EFETIVOS	SUPLENTES
JOSÉ GIVAGO RAPOSO TENÓRIO EMERSON DE MELO TENÓRIO JOÃO FERRO NOVAES NETO RICARDO JORGE TENÓRIO BARBOSA LEONARDO PERMAN TENÓRIO JOSÉ IVON TENÓRIO UCHOA MARTA RUBIA DE OLIVEIRA GUEDES NOGUEIRA PAULO ROBERTO MAYA GOMES	FLÁVIA PERMAN TENÓRIO GILVANA RAPOSO TENÓRIO TEREZA DE FÁTIMA RAPOSO TENÓRIO LINDOSO

COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA

EMERSON DE MELO TENÓRIO Diretor Superintendente - Executivo CPF/MF 003.320.894-87	ANTÔNIO EMIL DOS SANTOS LOURENÇO CASTANHEIRA MACEDO Diretor Superintendente CPF/MF 431.218.967-68	FLÁVIA PERMAN TENÓRIO Diretora Superintendente CPF/MF 019.920.774-79
---	--	--

CONTADOR

HÉLIO NUNES NEGRÃO CRC PA - 010174/O-2 CPF/MF 334.053.792-53
--

Protocolo: 286494